

O ensino intuitivo para docilizar os sentidos das crianças nas instituições escolares de Santa Catarina (1930-1945)

Daniele Hungaro da Silva*

Palavras-chave:
Ensino Intuitivo
Santa Catarina
História dos Acervos
Escolares

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar práticas e acervos escolares que teriam como pressuposto pedagógico docilizar os sentidos da criança nas instituições catarinenses. Notadamente, o estudo abrange um recorte que privilegia o estado de Santa Catarina no período do regime político de Vargas, especialmente no Estado Novo (1937- 1945). A pesquisa discute o papel que a escola teve naquele período de inspiração até mesmo fascista ou fascizante para construção da identidade brasileira. Com base nisso, estima-se a possibilidade de refletir de que modo os sentidos da criança estariam sendo “docilizados” nas atividades pedagógicas que preconizaram o método de ensino intuitivo ou lições de coisas. Utilizam-se, como fontes importantes para esta pesquisa, três manuais de ensino: “Infância - 2º livro”, “Hymnos Patrioticos e Canções Escolares” e “O Brasil é bom”, além de imagens que retrataram as práticas pedagógicas de escolas das redes municipais e estaduais. Nota-se que, no campo simbólico, teria sido possível tornar os sentidos dóceis para formar a chamada “identidade nacional”. As tentativas de inculcação se dariam necessariamente por meio do produto da imaginação, fornecido ao sensitivo em decorrência de um objeto, o que tem a ver com a ideia de apresentar aos alunos um procedimento universal da imaginação.

Keywords:
Intuitive education
Santa Catarina
History of Archives School

Abstract: The article aims to investigate practices and archives school that have as a pedagogical assumption attenuate the child's senses in Santa Catarina institutions. Notably covers a cut that favors the state of Santa Catarina in Vargas's political regime period, especially in the New State (1937- 1945). The research discusses the role that the school had in that period of inspiration even fascist or fascist construction of Brazilian identity. On that basis, it is estimated the possibility to reflect how the child's senses were being “attenuated” in educational activities which called for intuitive teaching method or lessons of things. It is used as sources, important for this research, three teaching manuals: Infância- 2nd book, Hymnos patriotic and School Songs and Brazil is good, as well as images that portrayed the pedagogical practices of schools municipal and state networks. Note that it would have been possible in the symbolic field, make docile way to form the so-called “national identity”. Attempts to inculcation whether they would necessarily through the imagination product, provided the sensitive due to an object. It has to do with the idea of presenting students with a universal procedure of imagination.

Recebido em 20 de outubro de 2015. Aprovado em 21 de dezembro de 2015.

Introdução

Tenho olhos para fitar todo o meu lar e o horizonte [...] E tenho olhos também p'ra minha mãe e meu pai: e para avistar além o ser de quem tudo sai, [...] o ser que se chama Deus, pai da Justiça e do amor. Tenho ouvidos p'ra escutar [...] E tenho ouvidos p'ra ouvir [...] E, assim vendo e assim ouvido Tudo que é lindo, que é bom [...] e em todos os mais sentidos [...].

Hino dos
Sentidos.
(José Agostinho,
1933, p. 120-121)

É sabido que a política de nacionalização na década de 1930, no Brasil, e, principalmente, no Estado

Novo estava comprometida com um projeto educacional que visava, entre outras coisas, a regeneração social e a recondução dos alunos a uma postura de identificação com perspectivas sociais de brasilidade. Nos acervos e nas práticas pedagógicas levadas a efeito nas instituições escolares de Santa Catarina, esse projeto estaria a imprimir nos alunos valores cívicos que apareceriam como realidade única para a concretização na consciência individual de uma nova nação.

Para tanto, buscou-se conciliar, junto com os propósitos de escolarização em massa, os princípios de homogeneidade para combater as diferenças

* Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação UFSC (2015). Pós-graduada em Educação Especial, Maringá-PR (2013). Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá, UEM (2012). Docente com experiência em formação de professores, Educação Básica (Educação Infantil) e Ensino Superior (graduação e pós-graduação), tanto presencial quanto a distância. Email: danihungaro@hotmail.com

individuais. O objetivo estaria direcionado à depuração da consciência individual para que os alunos fossem conduzidos a uma pretensa homogeneização de pensamento e arraigadamente vinculados às aspirações nacionalistas do projeto estatal. A educação estabeleceu-se, assim, com o intuito de formar cidadãos saudáveis, produtivos, dóceis e obedientes (DALLABRIDA, 2003, p. 14).

Neste artigo discorre-se sobre os acervos e as práticas escolares que teriam objetivado docilizar os sentidos da criança nas escolas de Santa Catarina para instituir o nacionalismo. Para tanto, o método intuitivo ou as lições de coisas é ressaltado como configurador dessas práticas que promoveriam determinada identidade nacional e modos de ser e estar civilizados.

Tal paradigma fundamentaria uma nova organização do sistema escolar. Com a normatização do método intuitivo, a instituição escolar em Santa Catarina passou a lidar com os pressupostos inerentes à nova organização pedagógica. Em detrimento de uma nova organização que direcionava atenção aos sentidos do escolar, manuais de ensino, livros didáticos e toda uma sorte de objetos componentes da cultura, escolar em suas bases materiais e simbólicas, passaram a ser disseminados nas escolas nesse período.

Essas “inovações” vinculadas ao método de ensino intuitivo produzidas nos discursos dos manuais é o que buscamos ver enquanto aplicadas nos acervos e práticas escolares, formando a proposição de que a escola deveria ensinar coisas veiculadas à experiência individual, aos objetos e fatos presentes no cotidiano dos alunos.

Essa didática, que possui caráter lúdico e ao mesmo tempo disciplinador, traz a possibilidade de uniformizar raciocínios, modos de pensar sob uma determinada forma de apropriação das coisas. Isso porque tal processo é dirigido pelo professor, que detém domínio dos procedimentos capazes de provocar a aprendizagem nas gerações mais novas, segundo os seus valores e preceitos.

Importante ressaltar que vários materiais didáticos constituem-se como um dos elementos da cultura material escolar e importante fonte de

pesquisa. Elaborados especialmente para uso escolar - destinados principalmente aos professores- são meios de divulgar as novas práticas pedagógicas, as novas bases, exemplificando a estrutura das aulas, a ordenação e sequência das atividades e do conteúdo a ser ensinado, guiando os professores para alteração de suas práticas (VALDEMARIN, 2004, p. 174).

Nesse sentido, os manuais e livros de ensino podem ser considerados, em determinados contextos, como instrumentos pedagógicos para facilitar o ensino e a aprendizagem e expressam os valores e os conhecimentos necessários para formação cívica de crianças e jovens.

Analisamos nos manuais, entre outras fontes, as imagens e os textos que foram produzidos para as escolas com o objetivo de constituir consensos patrióticos para pretensa homogeneidade cultural. Assim, discutimos o lugar ocupado pela instituição escolar catarinense naquela sociedade, refletindo sobre os aspectos de docilidade, civilidade e regulamentação do corpo e da mente presente nas práticas pedagógicas de modo a compreender o investimento cotidiano nos sentidos do aluno.

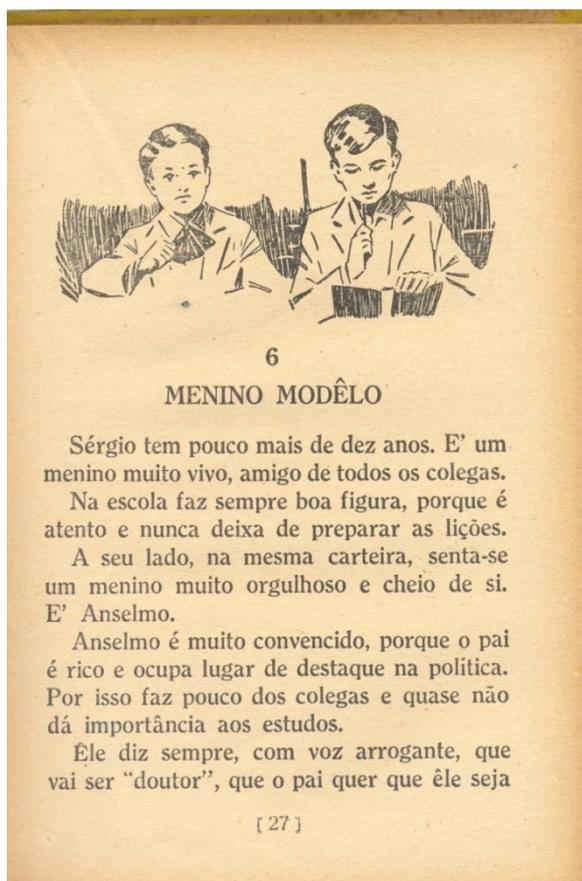
Nesse horizonte, buscamos construir a nossa análise, via registro fragmentado, calcado na experiência individual e coletiva, no apego a locais simbólicos, não tendo como meta a tradução integral do passado. Passamos, então, a ensaiar nesse exercício.

A ordem, o trabalho e a civilidade

Sobre a questão abordada neste tópico, refletimos a educação enquanto propagadora da ordem, trabalho e civilidade para a chamada regeneração da sociedade. Para tanto, foram tratados por Santos (2010) alguns manuais de ensino que objetivaram enfatizar essas relações durante o processo de ensino e aprendizagem, por meio de literaturas pedagógicas que abordavam conteúdos escolares de cunho pacificador.

Um dos manuais selecionados retrata o conteúdo programático dos livretos distribuídos no âmbito do território nas escolas de Santa Catarina no período das décadas de 1930 e 1940 para orientação de professores sobre a infância:

Figura 1 – Menino Modelo



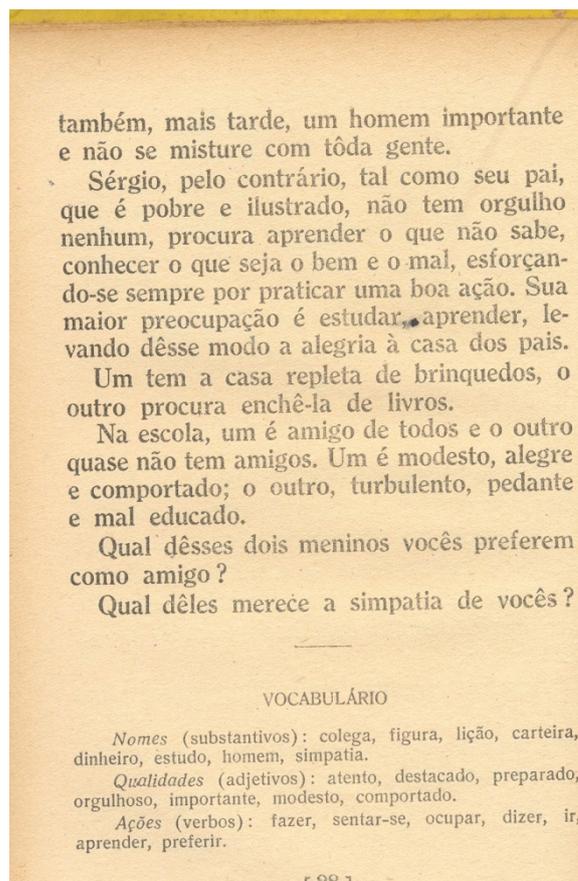
Fonte: Infância. 2º livro. Arquivo Privado Ademir Valdir dos Santos

O conteúdo desse manual expõe a ambiguidade que continha o projeto de investimento na escola para regeneração social. Ao mesmo tempo em que defendia a ideia de que todos teriam as mesmas oportunidades de educação, trabalhava com o pensamento de "abrandar" as desigualdades sociais explícitas no interior da escola.

Um exemplo disso é a forma como manual está escrito, isto é, buscando "conscientizar" os alunos de que o "menino modelo" seria aquele que, embora pobre, é "modesto, alegre, comportado e esforçado". Sendo seu maior desejo poder ter livros em casa, o menino convivia com os demais colegas ricos aceitando as suas dificuldades e servindo de "modelo" para os demais.

A narrativa, ao invés de conduzir para uma crítica mais ampla no sentido de indagar a realidade do aluno pobre, expressa o desejo de abrandar as desigualdades sociais existentes no cotidiano escolar. Considera como modelo pragmático o aluno que tenha tolerância e

Figura 2 – Menino Modelo



Fonte: Infância. 2º livro. Arquivo Privado.

passividade à determinada condição.

Por meio das narrativas desse manual de ensino observamos o desejo de se agrupar nas instituições escolares tudo e todos para uma mesma finalidade social e patriótica. Essa proposta, demarcada por um contexto de investimento do Estado para "educação de todos", objetivou preparar trabalhadores para a indústria e para atividades em expansão em uma sociedade excludente. Nesse contexto, há relações mais ou menos tácitas com ideários como o da modernização em curso e da "republicanização" do país.

Nesse sentido, a educação escolar emergia para formar a criança dentro dos princípios sociais do corpo hierarquizado definido pelo Estado. Os métodos de ensino dos sentidos se tornariam relevantes às práticas pedagógicas, visto que nesse momento preconizou-se a observação e experimentação para uniformizar, habituar os sentidos e condicioná-los a um mesmo sistema de controle político-social (SOUZA, 2014).

Observar, medir classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações a remissão à norma é uma constante. A pedagogia científica, as práticas que a constituíam e as que derivavam dela caracterizavam-se, assim, por essa constante, a cânones de normalidade produzidos pelo avesso na leitura de sinais de anormalidade ou degenerescência inscrita na natureza dos homens que a ciência contemporânea colecionava para justificar as desigualdades sociais e explicar o atraso dos povos.

Fazendo referência à norma que a pedagogia científica trazia para as práticas pedagógicas, buscamos analisar as narrativas que subsidiavam essas práticas e que poderiam expressar uma docilização dos sentidos da criança para formar cidadãos produtivos, dóceis e obedientes.

Ao discutirmos e analisarmos o “investimento educacional” no período do governo getulista, indicamos que teria havido nesse período a constituição de uma pedagogia científica que propunha a formação de uma estrutura sensitiva no espaço escolar para docilizar os sentidos.

As características da pedagogia científica dos idealistas da Escola Nova, segundo a análise que Lourenço Filho (1978) fez quanto à formação intelectual, estiveram relacionadas às formas de ensinar o educando por meio da experimentação, o que na nossa perspectiva, estaria também a docilizar os sentidos. Ao propor a experimentação como recurso das práticas pedagógicas, o autor menciona a necessidade de visitas aos lugares em que há práticas de trabalho manual ou industrial para apreensão do conhecimento, tais como as fábricas. Ressaltamos a necessidade que esse autor evidenciava de preparar os alunos para o trabalho, conforme é possível observar no trecho “O ensino será baseado sobre fatos e experiência. A aquisição dos conhecimentos resulta de observações pessoais, visitas a fábricas, prática de trabalho manual etc., e, só em sua falta, da observação de outros, recolhida através dos livros” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 165).

O excerto evidencia a perspectiva sobre a experiência, que seria uma condição essencial do cientificismo para uma nova compreensão da vida, sendo apenas com a sua falta que a observação seria

recolhida por meio dos livros (LOURENÇO FILHO, 1978). Tal experimentação estava intrinsicamente relacionada ao processo de racionalização dos modelos fabris. Segundo tal proposição, o trabalho seria modelo individual e eficiente para a base de construção do conhecimento infantil, tendo a escola o papel de oferecer ao aluno situações em que a partir da observação (visão), experimentasse e elaborasse seu próprio saber. Era essa “[...] a metáfora dos ritmos impostos aos corpos e às mentes pela *vida moderna*, império da indústria e da técnica” (CARVALHO, 1997, p. 280, grifos do autor).

A publicação de “Introdução aos Estudos da Escola Nova” indicia uma aposta na “pedagogia científica” nos moldes das ciências do tempo que a designavam fundamentada especialmente na Psicologia, que ganhava certa autonomia em relação às práticas pedagógicas da chamada “escola nova”.

Assim, no discurso pedagógico, propostas de redefinição da natureza infantil pela chamada “pedagogia da escola nova” foram inauguradas e reforçadas. Por isso mesmo, tendo como lugar específico o conhecimento sobre ela produzido, as apostas otimistas à natureza infantil evidenciavam o interesse pela educabilidade da criança.

Para o projeto de construção de uma identidade nacional, era fundamental a incorporação de novos métodos de ensino que preconizassem os sentidos da natureza infantil. Circunscritos nas ciências emergentes do início do século XX, o método de ensino intuitivo passou a ser reformulado para responder aos fins da educação nacionalista e, ao serem anexados conteúdos de educação moral e cívica, professores estariam atentos a essas técnicas de ensinar dos métodos.

Isso foi constatado em um livro de termos de visitas técnicas de ensino registrado pela inspeção escolar realizada em junho de 1937. Santos (2009) descreve tal documentação indicando que a proposta era:

Animar as crianças para o conhecimento da nossa História, da nossa Geografia, procurando meios intuitivos e atraentes (mapas, revistas, desenho no quadro) à conservação de tudo que lhes forem explicados; não esquecer as lições sobre a educação moral e cívica, sobre a higiene, em geral (SANTOS, 2009, p. 271).

Tal estado de coisas geraria um estímulo tanto no corpo como nos sentidos da criança. A ênfase dada

para a instrução de treinar cada sentido da criança enfatiza a questão de um ensino voltado à educabilidade dos sentidos para ações como “observar, fazer e dizer” no intuito de tornar o cidadão ordenado, dócil, produtivo.

Destacamos, para esta análise, o termo “dócil”, que passou a ser disseminado na Língua Portuguesa em 1813. Do latim *docilis* significa o que aprende e que se maneja facilmente. A aproximação do conceito *docilis* com a educação relaciona-se à sua origem, visto que o termo *docere* significa ‘ensinar’; ‘instruir’ (FERREIRA, 1999). Para análise empregada nos utilizamos do adjetivo docilizar {dócil (+ izar)}, que quer dizer submisso, obediente, flexível. Cabe mencionar, também, que há alargamentos e ampliações semânticas no campo da renovação de quadros e instituições pedagógicas de programas ou de conteúdo.

Nesse sentido, tornar a criança dócil, submissa seria a condição necessária em uma lógica de dominação e produção de crenças para que ela pudesse renunciar os aspectos tradicionais de sua cultura, como a língua, e identificar-se com a brasilidade e com a formação em geral.

Outro exemplo disso é a imagem encontrada em acervo privado referente, hoje, à Escola Municipal Francisco Mees em meados da década de 1930, na cidade de Corupá, no nordeste do Estado de Santa Catarina. A imagem faz-nos refletir acerca de uma tentativa de docilização dos sentidos da criança em uma das práticas pedagógicas, conforme observamos:

Fotografada em um campo aberto, a imagem representa a estrutura hierarquizada de um sistema escolar, pois demonstra os alunos em posição abaixada, o professor em pé, e a bandeira hasteada, ambos no centro da imagem, o que remete a um sinal de autoridade. O conhecimento a ser transmitido é representado ali pelas questões do nacionalismo e materializado pela figura da bandeira nacional. Aos alunos foi incumbida a tarefa de se deitar no campo, para ver, observar e apreciar a bandeira.

Compreendemos, por meio da posição em que os alunos encontravam-se, que a imagem expressa uma atividade pedagógica pensada para observação da bandeira, o que teria intuito de tornar os sentidos dóceis para construção de um sentimento de “adoração”, veneração, prostração e devoção ao Brasil, emanando, inclusive, algo de sacralização. Aparelhada por objetos escolares nacionalistas,¹ esta imagem demonstra que o professor buscou instituir pedagogicamente nos alunos uma observação regrada, disciplinada.

Esse alinhamento do corpo com os sentidos da criança buscava ensinar não só o sacrifício pela nação, mas os seus deveres como cidadão à pátria e amor ao Brasil. Destacamos, nesta imagem, a necessidade que emana e indica de ensinar os sentimentos nacionais às gerações mais novas. Tais elementos remetem aos usos de meios coercitivos para formação das ideias, o que nos ajuda a refletir sobre os usos dos sentidos da criança em

Figura 3 - Escola Municipal Francisco Mees – Corupá, SC [193-]



Fonte: Arquivo Privado.

meio a esse processo e quanto ao empenho didático-pedagógico para fazer uma foto assim.

A introdução de elementos didáticos com características lúdicas nos discursos dos manuais de ensino objetivava a construção de uma escola moderna. No entanto, embora as concepções fossem diversificadas, ressaltamos a ideia de que algumas dessas proposições serviriam para regulamentar os sentidos do aluno.

Foram tomadas para análise do objeto investigativo fontes que, interrogadas, apresentam práticas pedagógicas da cultura escolar catarinense. Mais especificamente, as que utilizavam os sentidos da infância para a construção da identidade nacional durante o regime do governo getulista, entre outros fins. Destacados ao longo do texto, investigamos, ainda, os documentos que foram produzidos e distribuídos no âmbito das escolas de Santa Catarina e que representavam a exaltação nacionalista por meio de textos e imagens².

Com a modernidade que se pretendia nas primeiras décadas do século XX, a escola tinha um lugar estratégico para difundir e construir a face da nação brasileira. Como resposta às demandas políticas, a escola caberia elevar os sentidos da criança para habituá-los ao sistema de métodos de ensino intuitivo que, lenta e paulatinamente, estariam a docilizar os sentidos por meio da repetição e racionalidade.

Parte dos ditos intelectuais da Escola Nova instituiu, no Brasil, uma perspectiva direcionada à redefinição de práticas pedagógicas com o uso dos métodos de ensino intuitivo para aprimoramento das capacidades de cidadania e trabalho. A doutrina era se valer das condições biológicas, de uma predeterminação vista como natural, para fundamentar a distribuição das funções delegadas por aquela sociedade.

A chamada pedagogia da Escola Nova entrou em cena, buscando remodelar a natureza infantil nas práticas pedagógicas de instituições escolares em Santa Catarina, sendo possível tornar os sentidos da criança objeto de intervenção racional da nova pedagogia. Ao concatenar, em parte, com essa ideia, Bombassaro faz a seguinte reflexão:

No início do século XX em Santa Catarina, difundia-se o consenso estabelecido entre o poder político e as Forças Armadas sobre o necessário trabalho educativo a ser levado a cabo, uma tarefa de educação moral e cívica que via na obrigatoriedade da língua portuguesa, na divulgação de preceitos de higiene e disciplina do corpo

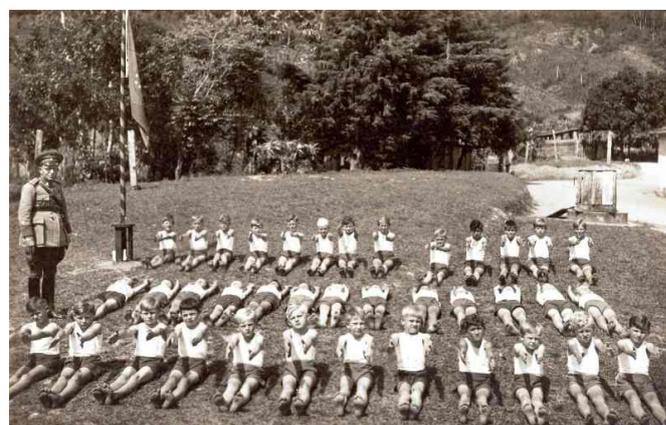
na implantação de associações escolares (jornais, clubes agrícola) e cantos cívicos, as alternativas mais plausíveis de construção de um “espírito nacional”. Ocorreria uma mudança “civilizadora” no comportamento, controlada e gerida pela escola, forjada pelo Estado e baseada na construção de uma “segunda natureza” altamente regulada por dispositivos disciplinares e controle. (BOMBASSARO, 2012, p. 8).

Bombassaro (2012) preocupa-se em investigar o conteúdo da formação de professores para a disciplina, metodologias, jogos e esportes no programa de Educação Física Escolar em 1930. Estes compunham o currículo da Educação Física nas instituições escolares de Santa Catarina e tinham como finalidade manter o “corpo escolarizado” (BOMBASSARO, 2012). Ou seja, os métodos que se configuravam nas escolas, depreendidos também da doutrina da Escola Nova, evidenciam a disciplina como instrumento da construção do vigor físico que se almejava incutir no homem novo.

Ressaltamos a relevância deste estudo e de congêneres, uma vez que nesse período a disseminação de uma nova pedagogia aparecia na organização de um projeto destinado a instituir e regulamentar a Educação Física nas escolas públicas. Com a pretensão de escolarizar o corpo, no currículo destinado à prática de exercícios físicos, frisou-se a importância das atividades de ginástica ou instrução elementar.

Os interesses do Estado pelo corpo infantil e educabilidade da criança eram vistos não apenas “como objeto de disciplina, mas, nos marcos de um liberalismo periférico, como alvo de estratégias de controle” (BOMBASSARO, 2012, p. 7). Convidamos a observar isto na imagem a seguir (Figura 4):

Figura 4 - Fotografia de atividade em escola de Santa Catarina durante a campanha de nacionalização do Estado Novo



Fonte: Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel – Jaraguá do Sul Santa Catarina – [194-?]

A imagem representa o aspecto de militarização infantil. Fotografada em meados da década de 1940, representa o contexto vivenciado pelo Estado Novo com as campanhas de nacionalização do ensino. Identificamos que a disciplina e o intuito de docilizar a natureza do infantil estavam presentes nos conteúdos escolares de Educação Física.

A imagem permite refletir o constante apelo à regulação das experiências sensitivas que passaria a fazer parte da estrutura subjetiva do educando, sob os influxos da renovação de quadros e instituições pedagógicas, de programas ou de conteúdo. Fernando de Azevedo, citado escolanovista, acreditava que o ensino de séries e exercícios propiciaria um apreço às práticas sensoriais que seriam reproduzidas no tempo livre, resultando em uma identidade definida pela autovigilância constante.

A regulamentação dos sentidos tomou uma amplitude que remetia não apenas a higienização, mas, principalmente, ao correto emprego das energias psíquicas: neutralizar as “taras” evitar o desperdício da força, corrigir “sentimentalidade doentia” (BOMBASSARO, 2012). Arelada à docilização dos sentidos da criança, à instituição escolar foi incumbida

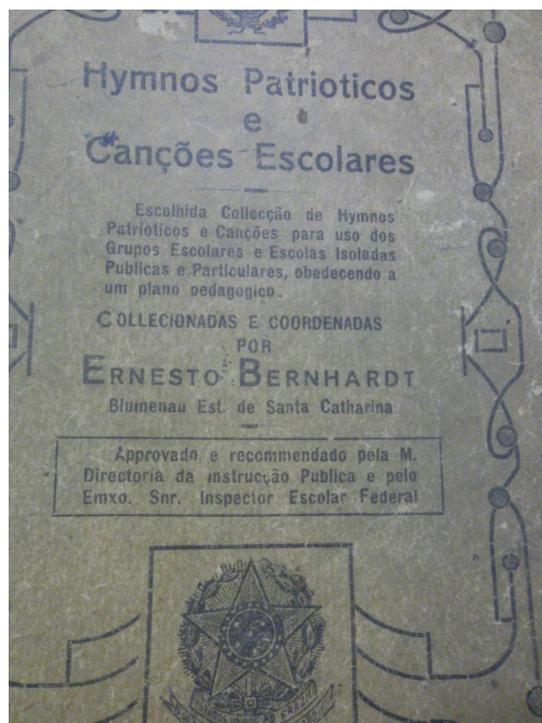
a finalidade de inculcar, fazer calcar e penetrar na mente uma crença a qual todos trabalhariam para promover e divulgar, a chamada identidade nacional.

Para que isso fosse possível, o Estado contou com a divulgação de impressos que extrapolou a esfera da propaganda política e emaranhou-se nas instituições escolares. Tal iniciativa teria sido alcançada, ainda, através do manual de Hinos patrióticos e canções escolares (Figura 7) que, sustentado pelos usos do ensino intuitivo permitiria habilitar “as crianças à percepção dos sons semelhantes e diversos, de modo que cheguem a discriminá-lo com agudeza” (BARBOSA, 1950, p.373):

Os livros e manuais que auxiliaram as práticas pedagógicas de canto ao hino nacional chegaram às escolas de Santa Catarina em profusão, acompanhados de atividades que promovessem adestrar os alunos em observar e agrupar a variedade de sons “de modo semelhante ao indicado nas lições” (BARBOSA, 1950, p. 375). Assim, quando os alunos, com olhos fechados, discernissem as espécies de sons, deveriam classificá-los à maneira que fossem, sucessivamente, ouvidos.

A exaltação para as “coisas” do Brasil durante o Estado Novo deu prioridade à distribuição dos hinos

Figura 5 – Manual Hymnos Patrioticos e Canções Escolares (SANTA CATARINA, [s.d])



Fonte: Arquivo privado.

patrióticos nas instituições escolares. Assim identificamos a maneira que os professores ensinavam o hino nacional por meio dos manuais: preconizando os sentidos. Por meio do canto do hino nacional e outras canções, tinha-se a audição, relacionada, por vezes, à apresentação da bandeira nacional, à necessidade de alinhamento e disciplina do corpo e à maneira a “portar-se” diante dela. Enfim, as atividades pedagógicas de canto do hino nacional visaram a inculcação de uma nova identidade à infância, via docilização sensorial de corpos e mentes, de vozes e ouvidos.

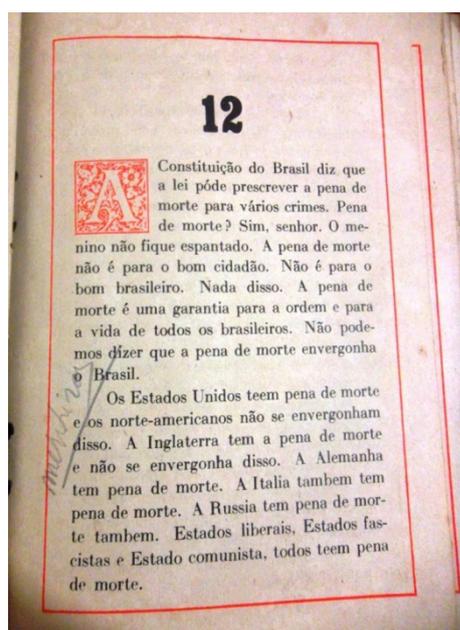
Outro exemplo que teve o ímpeto de introduzir elementos imprescindíveis à formação das ideias nas práticas pedagógicas são as escritas das 30 seções do livreto “O Brasil é bom”. Esse livreto funcionava para apresentar propostas pedagógicas com características coercitivas. As proposições estavam direcionadas à formação da infância, com frases e adjetivos que caracterizavam um

o governo atender você. O Estado brasileiro é soberano. [...] O “chefe” consensual líder e pai figura: O governo é a ação do Estado. O prefeito é o chefe de Estado, ou seja, a cabeça da grande família nacional. O chefe da grande família feliz. Por isso, o chefe de governo é o líder nacional. Quem é o líder nacional? Ele é o chefe de governo. Quem é o prefeito? A criança sabe que é Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é um homem de sorriso. Eu sorri, porque ele tem confiança no Brasil. Todos os brasileiros devem ter confiança no Brasil. Getúlio Vargas é o líder nacional para a vontade do povo brasileiro (BRASIL, 1938, [n.p]).

O “Brasil é bom” demonstra o ataque do governo contra o comunismo e o fundamentalismo, que são definidos como “regras de importação”, “a tirania e a violência”, “para esmagar os cidadãos”. Assim:

Enquanto o lado fascista de Vargas e seus seguidores são reveladas através de seu governo, isso não corresponde a uma auto-identificação, mas uma vez que há um ataque extremista sobre os comunistas e fundamentalistas: Há outros extremistas tão perigoso quanto estes. Há aqueles que querem implementar o fascismo no Brasil, copiado de partidos estrangeiros. O Brasil não precisa regimes importados, como o Brasil é o rei na casa do Brasil. (SANTOS, 2008, p. 151).

Figura 6- Detalhe de O Brasil é bom, 1938



Fonte: Arquivo Privado

louvor de repetição ao sistema político e aos ideais de liderança, conforme observamos:

Em relação aos conteúdos do livreto identificamos que:

O Brasil é bom. Porque o Brasil é bom? Isto é o que a criança quer saber. É fácil de explicar por que o Brasil é bom, porque é grande e forte. Uma vez que ela produz, porque o solo é rico, tem uma natureza prodigiosa porque os seus filhos trabalhar. No entanto, o Brasil é particularmente bom porque torna

Nota-se aí que parcerias e abordagens para o nazismo, por exemplo, estão ocultas. No entanto, é importante evidenciar que as explicações para o Estado Novo, endereçadas às crianças - pasme-se! - contêm uma defesa radical da pena de morte na Constituição de 1937. Sobre esse assunto, houve uma tentativa de abrandar a proposta em linguagem dirigida para as crianças: “Pena de Morte? Sim, senhor. O cara não pode ficar surpreso. A pena de morte não é para o bem do cidadão. Não é bom para o Brasil”, sendo sua adoção não considerada uma fonte de vergonha para o Brasil:

Os Estados Unidos têm a pena de morte e os americanos não têm vergonha disso. A Inglaterra tem a pena de morte e não tem vergonha disso. A Alemanha tem a pena de morte. A Itália também tem a pena de morte. A Rússia tem a pena de morte também. Estados liberais, fascistas e comunistas dos Estados Unidos, todos têm a pena de morte. (BRASIL, 1938).

Assim, ao se discutir sobre a transformação da escola primária em Santa Catarina no período do governo ditatorial liderado por Vargas, apresentamos, por meio

das fontes, elementos de como estavam presentes, de fato, formas particulares e “violentas” de inculcação do nacionalismo na escola. No entanto, ressaltamos que a presença dos princípios nacionalistas tem guiado a educação antes mesmo da Primeira Guerra Mundial ganhando maior expressão nas décadas de 1920 e 1940.

Até mesmo em exercícios de ginástica, por exemplo, o desejo era inculcar o ideal de nação por meio da disciplina, da obediência e do respeito, uma vez que os documentos consultados nos demonstram isso e que os discursos para os exercícios de ginástica na escola reuniam instruções prévias de como o professor “daria as vozes”, tendo em conta que as crianças contariam com a “advertência”³. Com características de tornar o sujeito dócil, a rigidez do corpo e da mente era condição fundamental para penetração do ideário nacionalista através de uma educação doméstica dos sentidos (cf. Barbosa, 1950, p. 41).

Algumas considerações

O teor dos discursos encontrados nos documentos relacionados ao método de ensino intuitivo sinaliza que almejavam atingir as instituições escolares com o propósito de normatizar a constituição de uma pátria ordeira e genuinamente brasileira, com crianças e adolescentes dóceis e obedientes. A autêntica escola seria aquela que condenaria o individualismo e promoveria os sentimentos homogêneos nacionalistas, formando como que “batalhões infantis”.

O processo de investigação configurou-se de modo temporal, com o “olhar” potencializado ao aspecto de institucionalização da ordem, do trabalho e da civilidade nas escolas para construção de uma identidade nacional. No entanto, paulatinamente, esse “olhar” foi estabelecendo novas e sucessivas indagações. Um exemplo disso foi a relação encontrada nos manuais de ensino entre os conteúdos nacionalistas e os conteúdos de educação moral da vida privada. A necessidade de se educar para amar a pátria estava intrinsicamente atrelada à necessidade de ensinar os deveres cívicos, religiosos e familiares às crianças.

O objetivo do artigo foi complementar e remeter à forma com que os discursos sobre o método de ensino

intuitivo que circunscreviam os saberes escolares para reconstrução de uma identidade nacional estariam a docilizar os sentidos da criança em várias vertentes. Não se trata de pensar a possibilidade de ter havido resistência dos alunos à ordem vigente nessas práticas pedagógicas, o intuito foi de pensar os discursos e as práticas que explicitavam os usos dos sentidos como mecanismo de disciplina. O trabalho fundamentou-se em referenciais que descartam essa hipótese, visto que:

Em tempos em que o afrouxamento dos impulsos repressivos da sociedade tende à multiplicidade de vontades, os sentidos estão abertos a um número maior e ilimitado de símbolos, imagens e experiências concorrentes, assim como o impulso criativo está associado às diferentes sensibilidades, simulando, muitas vezes, uma resistência e uma oposição à ordem. Não se trata de cotejar aqui essas temporalidades diversas naquilo que podem ter de próprio e de diferente, mas de somente chamar a atenção para o fato do uso dos sentidos como mecanismo de disciplina. (SOUZA, 2014, p. 402).

Nesse sentido, o papel atribuído à educação escolar foi elemento fundamental que impulsionou nossas investigações sobre o Estado Novo: as escolas eram consideradas ambientes estratégicos para a formação do brasileiro, que viria a ser um homem também novo, um patriota devotado destinado a auxiliar na regeneração social da nação. Por isso, a formação das crianças e dos jovens recebeu um olhar especial do governo, em um projeto que teve ideários nacionalistas arraigados.

A ação governamental no Estado Novo foi caracterizada por diretrizes para a formação de uma pretensa identidade brasileira, fator aglutinador em torno da ideia de configuração de uma nação única. Por todo o país, recursos variados foram utilizados na infiltração da ideologia pretendida, com ênfase naqueles que tinham um destino especial: o sistema educativo escolar. Assim, tanto os documentos quanto as práticas produzidas no âmbito escolar tornaram-se coercitivo para construção da brasilidade.

Essa forma que o professor utiliza, estrategicamente, para evocar a lembrança de obediência e respeito à bandeira tem a ver com a ideia de pretender docilizar os sentidos da criança, uma vez que para esse processo o professor buscou, por meio da imagem da

bandeira, apreender uma forma única e familiar do pensamento via processo intuitivo.

Notas

1 A bandeira representando o foco central.

2 Podemos, ainda, citar como exemplo o Catecismo Cívico do Estado Novo que, datado de 1937, foi amplamente disseminado em território nacional. O Catecismo Cívico pretendeu instaurar uma espécie de autoridade à nação, que nas palavras do presidente Getúlio Vargas (1937) significava ter autoridade através de “instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas”.

3 Numerosa literatura com características similares a que se produz em regimes autoritários foi destinada à orientação de como o professor operaria nas práticas pedagógicas (SANTOS, 2010).

Referências

BARBOSA, Rui. Tomo I Lições de Coisas. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Vol. XIII, 1950.

BOMBASSARO, Ticiane. **A educação Física no Estado de Santa Catarina**: a construção de uma pedagogia racional e científica (1930- 1940): fragmentos para uma história da educação do corpo em Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2012, 216 p.

_____. Santa Catarina na IV Conferência Nacional de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 15, set./dez. 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 269-288.

DALLABRIDA, Norberto. **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 13. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 24, p. 83-112, 2010.

_____. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**, n. 2, p. 261-174, 2009.

_____. A inspeção escolar e a campanha nacionalista: políticas e práticas na escola primária catarinense. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 33, n. 19, p. 229-252, set./dez. 2008.

SOUZA, Rogério dos. A arte de disciplinar os sentidos o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945). **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 57, p. 399-416, abr./jun. 2014.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Fontes

ABREU, Casimiro; COELHO, Trindade; SILVEIRA, Demilda *et al.* **Segundo Livro de Leitura**. Livraria Moderna: Florianópolis, 1933.

BRASIL. **Catecismo Cívico do Brasil Novo**. Departamento Nacional de Propaganda, 1937.

_____. **O Brasil é Bom**. Departamento Nacional de Propaganda, 1938.

RICCHETTI, Henrique. **Infância**. 2º. livro. 160. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1947.